

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Federação do PP-União Brasil faz água

O projeto de casamento entre o Progressistas e o União Brasil está por um fio. É que o presidente do União, Antônio Rueda, resiste a entregar o comando da federação ao ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL).

Por falar em União Brasil...

A ideia da reforma ministerial proposta por alguns aliados do governo envolve tirar todos os ministros do partido. Há quem cite até Celso Sabino, o ministro do Turismo, que tem sido leal ao governo e trabalha para manter o partido na órbita de Lula.

"Tem que vir"

Com várias frentes para tentar desgastar ainda mais o governo, a oposição não quer deixar de lado o caso da ex-primeira-dama do Peru, Nadine Heredia. Por isso, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados aprovou a convocação do ministro das Relações Exteriores (MRE), Mauro Vieira. O chanceler tem 30 dias para comparecer. "Exigimos que ele venha comparecer para falar sobre o que foi solicitado. É um ato de pressão da oposição ao governo", disse à coluna o presidente da comissão, Filipe Barros (PL-PR).

Pegos de surpresa

O Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi) foi pego de surpresa pela investigação da Polícia Federal sobre descontos indevidos dos aposentados. "Ficamos preocupados porque não sabemos do que somos acusados. Como o processo corre em sigilo de Justiça, as informações que temos são apenas pela imprensa", afirmou à coluna o presidente do Sindnapi, Milton Cavalo, que já havia alertado sobre descontos suspeitos no passado (leia detalhes no Blog da Denise).

Uma janela de oportunidade para a reforma ministerial

O escândalo no INSS e o desprezo do líder do União Brasil na Câmara, deputado Pedro Lucas (MA), pelo cargo de ministro das Comunicações, formam o que líderes aliados e até alguns ministros do governo chamam de "momento ideal" para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva promover aquela mudança no primeiro escalão, trocando parte de seus ministros por técnicos ou políticos que não forem concorrer às eleições de 2026.

A ideia de reforma ampla ajudaria a diluir uma troca do ministro da Previdência, Carlos Lupi, que não era o nome que a cúpula do governo queria para

assumir o cargo, lá atrás, em 2023. E ainda daria um empurrãozinho para tirar quem nega apoio ao governo.

No caso de Lupi, muitos avaliam, em conversas reservadas, que ele perdeu as condições de permanecer no governo, porque, quando sua gestão foi alertada sobre as reclamações de pensionistas a respeito dos descontos, o ministério não suspendeu essas cobranças nos contracheques.

Tudo que o governo não precisava agora era um escândalo com sindicatos e associações. O que salva a imagem do Planalto, neste caso, é a Polícia Federal e a Controladoria-Geral da União (CGU).



Cláudio Gomes

CURTIDAS

Me deixe fora dessa! / Afastado do INSS por ordem judicial, Alessandro Stefanutto — que horas depois se demitiu em função da ordem de Lula para mandá-lo embora — passou o dia sendo tratado como filiado ao PSB. O partido logo avisou que não foi responsável pela indicação de Stefanutto para presidir a autarquia. Além disso, ele já estava de saída para o PDT.

Pegou! / O deputado Marcel Van Hattem (Novo-RS) batizou de "Uber da FAB" o voo que trouxe a ex-primeira-dama do Peru ao Brasil. Ele promete repetir isso todos os dias, até que o chanceler Mauro Vieira compareça ao Congresso para falar sobre a concessão feita a Nadine Heredia.

Eduarda Esposito/CB/D.A Press



Enquanto isso, no plenário da Comissão... / Parlamentares prestaram solidariedade à deputada Carla Zambelli (PL-SP), que retornou depois de uma pausa para cuidar da saúde mental. Zambelli compareceu à sessão da Comissão de Relações Exteriores e fez trancinhas (foto) no cabelo de Sílvia Waiápi (PL-AP).

JUDICIÁRIO / Oficial de Justiça vai ao hospital notificar o ex-presidente sobre abertura, no Supremo, da ação penal por tentativa de golpe de Estado. Um dia antes, ele participou de uma transmissão ao vivo para promover capacete

Após live, Bolsonaro é intimado na UTI

» LUANA PATRIOLINO

O ex-presidente Jair Bolsonaro foi intimado pela Justiça, ontem, para apresentar defesa na ação penal sobre a tentativa de golpe de Estado. Ele foi notificado na unidade de terapia intensiva (UTI) — por autorização do Supremo Tribunal Federal (STF) —, um dia após participar de uma live de dentro do quarto do Hospital DF Star, para conversar com seus apoiadores.

Bolsonaro recebeu a intimação às 12h47. Ele tem cinco dias para apresentar defesa. "Poderá alegar tudo o que interesse à sua defesa, especificar provas pretendidas e arrolar testemunhas", explica o ministro Alexandre de Moraes, em documento enviado ao ex-presidente.

Em nota, o Supremo informou que os demais réus foram intimados entre 11 e 15 de abril, mas aguardou uma data para citar Bolsonaro devido à internação dele, ocorrida em 13 de abril. O ex-presidente passou por uma cirurgia de 12 horas no intestino. Conforme o mais recente boletim médico, ele segue na UTI sem previsão de alta.

Na terça-feira, o ex-presidente participou de uma live do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) para promover a venda de um capacete de grafeno de uma empresa em que os dois são sócios. Ele também debochou ao questionar os espectadores se eles gostariam que o sorteio fosse feito de forma digital ou impressa.

"Se for no botãozinho eletrônico, não dá para auditar. Vamos fazer no papelzinho, que é mais confiável", declarou Flávio. "Tem de acreditar", brincou Bolsonaro.

De acordo com o Supremo, a participação de Bolsonaro na live "demonstrou a possibilidade de ser citado e intimado hoje (quarta-feira)".

Memória

Em 26 de março, o ex-presidente Jair Bolsonaro e sete aliados viraram réus na Primeira Turma do STF por tentativa de golpe. Por unanimidade, os ministros reconheceram que a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) possui toda a materialidade necessária para a abertura da ação penal.

Bolsonaro é apontado na denúncia como o líder do chamado "núcleo crucial" do golpe. Segundo o órgão, o ex-chefe do Planalto tinha ciência e participação ativa em uma trama para se manter no poder e impedir a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Após a intimação, começa a fase de instrução do julgamento, com coleta de provas, depoimento de testemunhas, interrogatórios e apresentação de novos argumentos da defesa dos envolvidos.

Uma vez notificados, os réus têm prazo para questionar ou contestar trechos do julgamento de março. O relator do caso, o ministro Alexandre de Moraes, pode decidir sozinho ou submeter essas perguntas à análise da Primeira Turma.

A advogada criminalista Amanda Silva Santos afirma que a citação por oficial de Justiça em ambientes hospitalares ou unidades de terapia intensiva é admitida no ordenamento jurídico, desde que atestada a condição do intimado quanto à compreensão do teor do ato, o que poderá ser avaliado pelo oficial de Justiça no momento da diligência.

"Além disso, o cumprimento da medida deve buscar conciliar o respeito às formalidades legais e a preservação do estado de saúde mental e física da pessoa a ser citada", ressalta.

Reprodução/YouTube



O STF justificou que a participação de Bolsonaro na live "demonstrou a possibilidade de ser citado e intimado"

PF diz ter provas contra desembargadores

O ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), manteve o afastamento de quatro desembargadores do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJ-MS) e de um conselheiro do Tribunal de Contas do estado por suposto envolvimento em venda de sentenças. O magistrado considerou o pedido da Polícia Federal, que disse ter provas contundentes contra os investigados.

Os desembargadores Alexandre Aguiar Bastos, Marcos José de Brito Rodrigues, Sideni Sincini Pimentel e Vladimir Abreu da Silva e o conselheiro Osmar

Jeronymo estão há 180 dias fora das funções e são monitorados por torneleiras eletrônicas, por ordem do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

"Considerando a iminência do vencimento do prazo originalmente estabelecido pelo ministro Francisco Falcão para vigência das cautelares, impõe-se, por medida de cautela e sem prejuízo de reavaliação oportuna, deferimento do pedido da Polícia Federal de prorrogação imediata da vigência das cautelares de afastamento da função pública", escreveu Zanin.

Em relatório encaminhado ao

Supremo, a PF enfatizou que os indícios são suficientes para a abertura de um processo criminal. Caberá à Procuradoria-Geral da República (PGR) decidir oferecer denúncia.

Decisões favoráveis

Segundo as apurações, os envolvidos recebiam dinheiro para beneficiar partes em processos judiciais por meio de decisões favoráveis aos seus interesses. Também é investigado o vazamento de informações sigilosas, incluindo detalhes de operações policiais.

» Advogados pedem absolvição sumária de Mauro Cid

A defesa do tenente-coronel Mauro Cid pediu ao STF a absolvição sumária do cliente na ação penal do golpe. Ajudante de ordens da Presidência no governo Jair Bolsonaro, o militar fechou acordo de delação premiada e colaborou com a Polícia Federal na investigação. Ao pleitear a absolvição sumária, a defesa busca livrar o tenente-coronel do processo antes do julgamento. A tendência, no entanto, é que o pedido seja rejeitado pelo ministro Alexandre de Moraes, relator do caso no STF. Os advogados César Bitencourt, Vânia Bitencourt e Jair Alves Pereira, que representam Cid, afirmam que o tenente-coronel não pode ser punido porque era um "simples porta-voz" do ex-presidente.

A ação faz parte da operação Última Ratio, deflagrada em outubro do ano passado, com o objetivo de investigar supostos crimes de corrupção em vendas de decisões judiciais, lavagem de dinheiro, organização criminosa, extorsão e falsificação de escrituras públicas no Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul.

A força-tarefa teve o apoio da Receita Federal e é um desdobramento da Operação Mineiração de Ouro, deflagrada em 2021, na qual foram apreendidos materiais com indícios da prática desses crimes. (LP)